

MICHEL GRAS

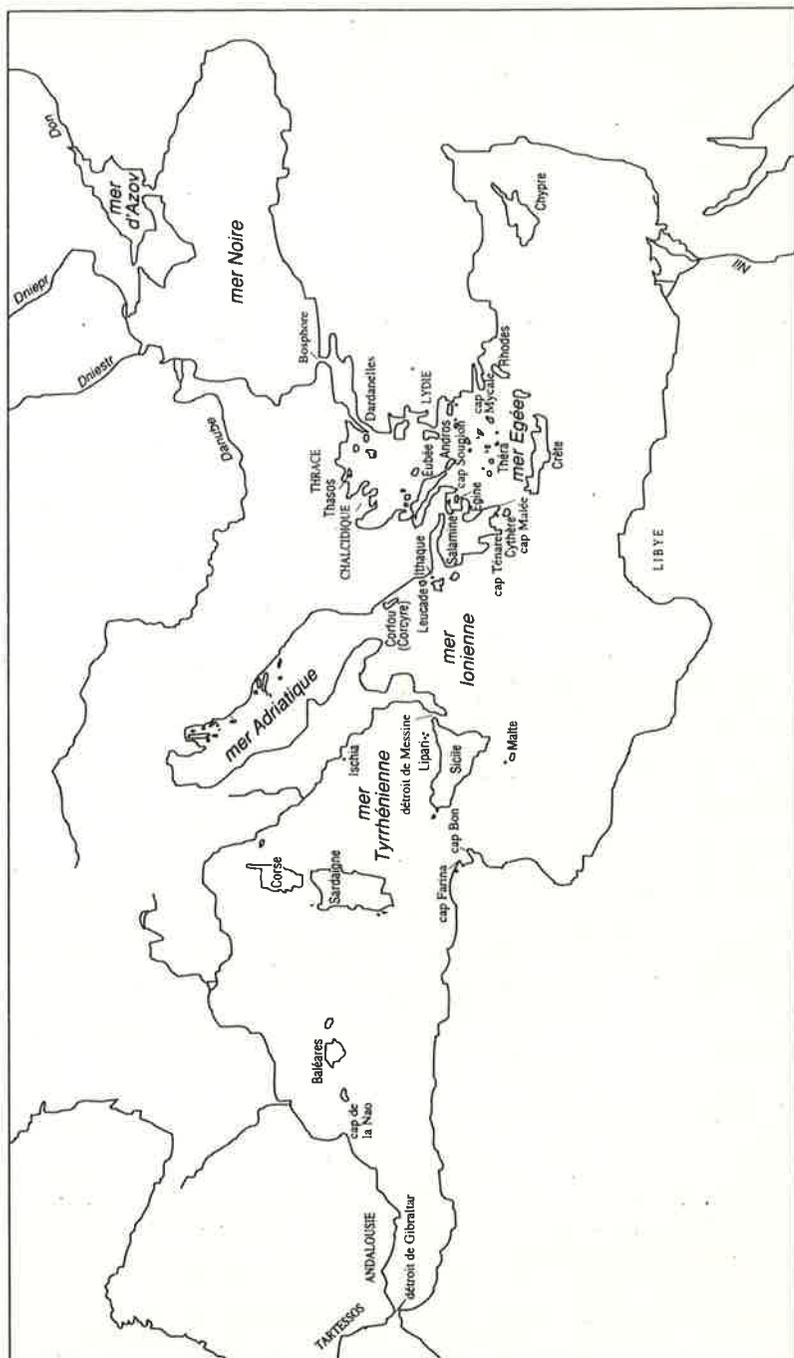
O Mediterrâneo Arcaico

Tradução de
Telma Costa

*Adriano J. Ramazzina
recursos da Reserva Técnica
da FAPESP, SP, outubro de 2002*



14329
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo
BIBLIOTECA



U Méditerranée. Mares, ilhas, cabos e estreitos (para os sítios arcaicos, ver mapa no fim do volume).

Introdução

Escrever a história de um mar será apenas estar instalado num observatório móvel para perscrutar os litorais e as sociedades ribeirinhas? Bastará, para compreender um mar, definir os sítios que o bordejam? Seguramente, não.

O mar é um espaço que ao mesmo tempo divide e une. Fronteira e traço de união, é um «cimento líquido» que veicula os homens, os produtos e as ideias. Em falsa simetria com os grandes desertos, é um espaço vazio, mas central, para o qual convergem os olhares e o pensamento: atraí os homens que têm sabido desde sempre — pelo menos desde o neolítico — que o domínio da terra pela agricultura é apenas um dos dois objectivos a atingir. Dominar o mar depende de outras lógicas e de outras técnicas.

NOTA

Para a tradução das citações recorreu-se, sempre que possível, à transcrição das traduções portuguesas constantes de *Odisseia*, ed. Sá da Costa, 6ª ed., Lisboa, 1994; *Hélade*, ed. Fac. de Letras da UC, 2ª ed., Coimbra, 1963; *Os Filósofos Pré-socráticos*, ed. F. C. Gulbenkian, 4ª ed., Lisboa, 1994.

A transcrição das palavras gregas para alfabeto latino obedeceu à convenção que representa por *K* *c* por *ch*, sempre com o valor *c*.

O Mediterrâneo: um espaço fechado no centro do mundo

O Mediterrâneo tem para os Antigos uma dupla característica. Começa por ser um mar praticamente fechado que só comunica com o oceano exterior pelo estreito a que hoje chamamos de Gibraltar mas que os primeiros Gregos colocaram sob a protecção de dois heróis, primeiro Briareu, depois Hércules. É aí que fica o monte chamado Atlas: a «coluna» que sustenta o céu (Heródoto, IV, 184).

Seguidamente, é um mar que está «no meio» do universo conhecido, do *oikumenê*. Assim como a ágora, a praça pública, está no centro da cidade grega, o Mediterrâneo é o lugar central que condiciona a vida social, a vida relacional do mundo. Quanto mais perto se estiver deste mar, mais se está no coração da civilização: o «bárbaro», aquele que não se entende, é por definição alguém que está afastado (mentalmente, quando não geograficamente) do Mediterrâneo, o homem mais dos desertos e das periferias do que o homem do mar e do centro. E primeiro é preciso evitar que ele se aproxime. As guerras Médicas, a luta dos Gregos contra os Persas, são travadas, desde logo, para tornar impossível o acordo entre o bárbaro e o mar. E o triunfo supremo dos Gregos é tingir a água do mar com o sangue do Medo: releia-se Ésquilo (*Os Persas*, 353 e ss.) e a sua evocação da batalha de Salamina. Quase todas as grandes batalhas arcaicas são batalhas marítimas que opõem os Gregos aos bárbaros, sejam eles Persas, Fenícios ou ainda Etruscos. Por seu lado, os Gregos não param de helenizar o espaço mediterrânico.

Tal é, no limiar deste livro, o ponto de partida incontornável. Os Gregos, nos séculos VIII, VII e VI antes de Cristo, irão progressivamente situar o mar no centro da sua ágora mental. Correndo por vezes o risco de se perderem: a derrota dos Atenienses aquando da expedição à Sicília, no fim do século V a.C., é, neste âmbito, um ponto sem retorno: os cidadãos atenienses presos nas pedreiras (*latomias*) de Siracusa são o símbolo da impossibilidade de uma *polis*, uma cidade, dominar o mar, logo, o mundo. Cartago fracassará também, um pouco mais tarde. Só Roma conseguirá fazer do Mediterrâneo um lago romano, o *Mare Nostrum*.

Os Gregos e os outros

Todavia, e em contraponto ao que acaba de se dizer, desconfiemos de uma abordagem que dê um papel de excessivo relevo apenas a uma das componentes deste Mediterrâneo arcaico, no caso vertente a componente grega.

Os quinhões, com efeito, não são iguais. De um lado, os Gregos, que ocupam apenas sectores muito limitados do espaço mediterrânico, têm uma história bem conhecida, graças aos seus historiadores (Heródoto e Tucídides em primeiro lugar) e aos seus filósofos, poetas, géometras e médicos da Jónia: o essencial do que sabemos do Mediterrâneo arcaico mediante fontes escritas diz respeito à civilização grega. Do outro lado, as populações bárbaras, sejam elas fenícias, etruscas, egípcias e de todos os outros povos não gregos, só são nossas conhecidas pelo que os autores gregos delas nos dizem ou pelo que a arqueologia nos deu a conhecer delas, quantas vezes recentemente.

A nossa informação é portanto acentuadamente desequilibrada. Ora, a primeira tarefa do ofício de historiador é tentar corrigir esses desequilíbrios, repor na perspectiva justa certas visões parcelares — e portanto parciais. Insistamos portanto, já à partida, na riqueza que é vasculhar espaços arcaicos. O Mediterrâneo arcaico não é um espaço unificado sob um único domínio político ou cultural: à parte a Grécia ou a Jónia e, em menor grau, a Grande Grécia (Sul de Itália), a Sicília e as imediações do Mar Negro, a maior parte dos espaços mediterrânicos são espaços onde a cultura grega é largamente minoritária. Há que não o esquecer.

Estes espaços comunicam entre si, nomeadamente pelas trocas comerciais, mas também pela circulação de pessoas. A verdadeira riqueza do Mediterrâneo arcaico reside precisamente nesta vida de relações intensas que então se desenvolve e que tem consequências em todos os domínios da vida social, religiosa e económica: casamentos mistos, habitat misto, cultos mistos. Estudar o Mediterrâneo enquanto espaço cultural enriquecido por contributos culturais diversos, mas compatíveis entre si, é portanto considerar leituras transversais que escapam às divisões académicas. Os investigadores definem-se muitas vezes como «helenistas», «orientalistas» e «etruscólogos», o que conduz necessariamente a uma sectorização do saber.

Seria porém ilusório pretendermos restabelecer todos os equilíbrios e este li-

vro não pode fazê-lo. Conheceremos sempre pior a «cabeça» de um fenício do que a «cabeça» de um grego e uma história «equilibrada» do Mediterrâneo arcaico seria provavelmente tão insípida e artificial como uma história que aspirasse à objectividade total. O importante é penetrar na espessura das situações históricas, sejam elas concretas ou simbólicas, por uma leitura crítica das fontes históricas ou arqueológicas.

A transmissão do saber

Trabalhar sobre o arcaísmo coloca todavia problemas ainda mais difíceis, de que falaremos agora. As fontes literárias gregas são, na sua maior parte, posteriores aos séculos que estudamos: os próprios Heródoto e Tucídides, os dois primeiros grandes historiadores gregos, nascem no momento em que este livro se detém. Dos seus predecessores, não conhecemos grande coisa: quando muito, alguns fragmentos, como os do geógrafo Hecateu de Mileto, um homem do fim do século VI e início do século V (c. 560-480); e são também fragmentos que nos chegam de todos os gregos da Jónia que fizeram obra literária, em filosofia (Anaximandro de Mileto — c. 610-540 — e o seu discípulo Anaxímenes), em poesia (Safo de Mitilene). Aqui e além citaremos outros: não passam aparentemente de gotículas num oceano de informações que desapareceu para sempre. Tiveram porém uma importância capital pelo seu esforço racional de compreender o universo transmitindo ao mundo do Mediterrâneo saberes orientais e, nomeadamente, babilónios (lembremo-nos de Tales de Mileto — c. 635-545 — e da sua reflexão, no século VI, sobre os eclipses). Noutros planos, os contributos foram igualmente decisivos: Pitágoras de Samos foi, no século VI, o primeiro grego a utilizar o termo *philosophia*.

Somos portanto forçados a voltar-nos para os que viveram ou escreveram por vezes vários séculos depois dos acontecimentos que narram, autores que se apoiavam em escritos mais antigos, conhecidos na sua época, mas hoje desaparecidos. É assim que Estrabão, no século I da nossa era, fornece muitas informações sobre o culto de Ártemis porque tinha consultado os escritos de um tal Artemidoro de Éfeso, sacerdote de Ártemis do fim do século II a. C., que por sua vez tivera acesso aos arquivos conservados pelos sacerdotes de Éfeso vários sé-

culos antes. É fácil ver que estes testemunhos são preciosos, mas difíceis de utilizar. No entanto, temos quase sempre que nos satisfazer com eles.

E isto tanto mais quanto o período helenístico e romano foi, a partir de Aristóteles, particularmente rico no domínio da erudição e da compilação. Há que esperar pelos monges copistas da Idade Média para se encontrar de novo um tal ardor aplicado em dar a conhecer os lugares e as ciências. A maior parte dos autores arcaicos é-nos conhecida por esta via e o mesmo se passa com os contemporâneos de Heródoto e de Tucídides; Acusilau de Argos, Helânico de Lesbos e Ferécidas de Atenas, por exemplo, são conhecidos graças à «Biblioteca» de Apolodoro, empreendimento compilatório do fim do século II da nossa era.

Esta obrigação de utilizar fontes posteriores aos tempos arcaicos tem um inconveniente de monta: os escritores, de língua grega ou de língua latina, a que recorreremos podem transmitir informações exactas; mas têm a sua visão própria destes tempos longínquos e o mundo em que vivem é diferente daquele que descrevem. Cometem portanto, sem cessar, sem querer nem saber, anacronismos: por exemplo, habituados à dominação política romana sobre todo o Mediterrâneo, nem sempre apreendem a natureza de certas situações ligadas ao mundo da *polis* grega ou ao das populações indígenas cuja relação com os Gregos nada tem a ver com a que estas mesmas populações mantinham então com os Romanos. Pior ainda, o Mediterrâneo que conhecem, ou é o da época helenística, caracterizado no seu lado oriental pela epopeia de Alexandre Magno mais a irradiação de Alexandria, e do lado ocidental pela oposição entre Roma e Cartago (Guerras Púnicas), ou é o da época romana marcada pela «paz» romana, que na realidade foi o domínio absoluto exercido pela administração imperial: ambas, situações que marcaram profundamente a vida mediterrânica e em nada são comparáveis às situações arcaicas.

A história arcaica foi pois escrita, quase sempre, por historiadores antigos cuja sensibilidade era verdadeiramente «outra»; e as raras excepções — como Hesíodo que, aliás, é um homem da terra e não do mar — mais não fazem que confirmar a regra.

Acumular dos séculos, modernização dos conceitos

Este desfasamento acentua pois consideravelmente o que todos os historiadores da Antiguidade conhecem e cujas manifestações mais recorrentes são duas: a acumulação dos séculos e a modernização dos conceitos.

Da acumulação dos séculos, sabemos todos por experiência que, quanto mais procuramos recordações de um passado distante, mais temos tendência para «amalgamar» momentos muito afastados uns dos outros. O mesmo se passa em história: ninguém pensaria hoje assimilar o século XIX ao século XX, mas durante muito tempo os melhores livros tinham o costume de citar os séculos VII-VI de maneira global como se, durante estes dois séculos arcaicos, as sociedades e as mentalidades não tivessem evoluído. Uma tal perversão dos dados é evidentemente consequência da nossa relativa falta de informações; compete-nos saber recordar que o único critério para medir o escoar dos tempos é reportarmo-nos à vida humana e às suas etapas (do nascimento à morte): os Antigos praticavam o cálculo «por gerações» (valendo uma geração mais ou menos trinta anos). Toda a história tem por fundamento a memória directa de um observador.

A modernização dos conceitos fustiga-nos igualmente com dureza. As palavras de hoje não são forçosamente adequadas para descrever e explicar realidades de ontem: por exemplo, depois do Renascimento traduzimos por «colónia» a palavra grega *apoikia*. A questão não é neutra e a colonização grega arcaica nada tem a ver com a colonização romana, a colonização britânica ou a colonização francesa do século XIX. Mas, que fazer? As palavras são instrumentos: o importante é o uso que se faz delas. Compete-nos saber definir os conceitos que estão por trás do vocabulário. Veremos, ao longo do livro, que outras palavras são igualmente ambíguas.

Recorde-se em especial que, no domínio da economia, se iniciou há pouco mais de um século um grande debate que dividiu eruditos interessados em mostrar o desfasamento entre a economia antiga e a economia moderna (os «primitivistas») e outros, mais inclinados a alinhar o passado pelo presente (os «modernistas»); para os «primitivistas», as cidades gregas tinham praticado apenas trocas muito limitadas; para os modernistas, pelo contrário, tratava-se do «grande comércio» de Corinto e das suas «relações internacionais» semelhantes às das grandes cidades hanseáticas, na Idade Média. É pelo estudo das situações concretas, pela atenção dada

a certas práticas que podemos hoje corrigir certos excessos de uns e outros, sabendo que o temperamento de cada historiador irá levá-lo a ter tendências mais ou menos modernistas. Se o primitivismo tem o grande defeito de levar a uma desvalorização de certos dados e, afinal, a um pessimismo próximo do fatalismo (tudo isso era pouca coisa, para quê tentar compreender), o modernismo pode ser também grave se levar à banalização de todas as situações antigas para delas fazer não mais que uma variante das que hoje conhecemos.

Entre credulidade e cepticismo

A atitude céptica que muitos historiadores manifestam perante o arcaísmo tem no entanto a ver com um conjunto mais vasto de fenómenos. Para alguns, os séculos arcaicos estão condenados a permanecer na antecâmara da história por falta de fontes «autenticamente históricas»: há que deixar esses séculos para os antropólogos, para os historiadores das religiões e para os arqueólogos. Em suma, tal como os cacos, os mitos não seriam de todo capazes de servir de fundamento a uma história digna desse nome. Podemos responder, com uma serenidade em tudo científica, que a época arcaica permite ao historiador dar provas do seu discernimento apoiando-se num leque de fontes muito mais variado (e não apenas nos textos e inscrições). Lucien Febvre recordava que fazer História podia consistir tanto em estudar a difusão de uma cerâmica neolítica como em traçar o mapa da distribuição dos postes telefónicos no Extremo Oriente no pós-guerra. Em definitivo, o que conta não é a natureza da documentação que se utiliza, mas o rigor da interpretação que se propõe.

Há também uma outra resposta, esta concreta. Os cépticos mais não terão que pegar em dois livros de história arcaica, sobre assuntos vizinhos, mas separados por alguns decénios: um exame comparado, mesmo superficial, ensinar-lhes-á que talvez nenhum outro período tenha conhecido avanços tão marcados no domínio do conhecimento histórico. E não é porque se saiba poucas coisas ou porque se possa escrever o que quer que seja. Sobre grandes temas, como a questão homérica, os séculos obscuros, o nascimento do urbanismo, o aparecimento da escrita ou da moeda, as trocas, a investigação científica permitiu progredir fortemente e dar plena entrada na História a um bom número de sociedades (os Etruscos, os Siitas, os Iberos e tantos outros).

Resta a arqueologia. É verdade que foi sobretudo graças à arqueologia que os progressos foram importantes (o contributo da antropologia foi e continua a ser porém essencial, como testemunha a obra de Jean-Pierre Vernant, inteiramente consagrada à Grécia arcaica). Os historiadores da minha geração, ao darem os seus primeiros passos na Universidade, tiveram muitas vezes que fazer uma opção decisiva entre a arqueologia e a epigrafia, como se fosse forçoso optar entre as pedras que têm inscrições e as que as não têm. Era o (mau) tempo das ciências «auxiliares» da História, a que não era de bom tom atribuir um crédito cumulativo. Esta organização académica teve a consequência de levar os historiadores da Antiguidade que tinham escolhido as inscrições a orientar-se necessariamente para os séculos «inscritos», isto é, aqueles em que a prática da escrita estava já largamente difundida, ou seja, essencialmente depois do século V a.C., para se entregarem a uma investigação histórica durante muito tempo separada das realidades arqueológicas.

Para os séculos arcaicos, a epigrafia é por vezes, disso nos aperceberemos, um contributo inestimável, com as suas dedicatórias em pedra ou as suas cartas comerciais em chumbo; mas a arqueologia é a disciplina principal, a que permite o conhecimento do habitat das cidades e dos campos, dos santuários e das necrópoles, da organização dos terrenos. Ao longo dos últimos decénios, o número de sítios arqueológicos arcaicos identificados em torno do Mediterrâneo teve um crescimento exponencial. Regiões inteiras, praticamente desconhecidas há cinquenta anos, são hoje referências essenciais: por exemplo, a Andaluzia arcaica ou as imediações do Mar Negro. Nunca mais acabamos de descobrir o Mediterrâneo arcaico.

A arqueologia permite a própria fundamentação do trabalho histórico, ao fornecer datações relativamente precisas. É, com efeito, essencial, a montante de qualquer interpretação, saber datar o aparecimento de um sítio, as fases das suas transformações, o seu abandono ou a sua destruição. É a cerâmica, e desde logo a cerâmica grega, que o permite, graças ao conhecimento que temos das suas séries e dos seus diversos estilos.

A arqueologia traz pois consigo um testemunho essencial sobre o domínio e o uso de um certo número de técnicas e de práticas. Assim, podemos conhecer a maneira de construir um navio, de utilizar a madeira, de talhar a pedra, mas também a de utilizar a louça de mesa ou de honrar um defunto. E quem não reconhece, por trás destas análises, a própria condição de exercer o ofício de historiador?

Como dizia, a dificuldade situa-se no terreno da interpretação. Face a uma documentação multiforme e tantas vezes isolada, o historiador do arcaísmo terá que, como os seus colegas da pré-história, cuidar de escapar a dois excessos: a sobre-interpretação e a hiper-crítica. O excesso de interpretação leva a conceder ao documento uma importância que ele não tem: por exemplo, acreditar que haja uma instalação humana em determinado sítio com base na descoberta de um único caco ou admitir mesmo uma corrente comercial. Uma andorinha não faz a Primavera. Inversamente, sermos hiper-críticos é recusar todo o valor a um documento com o pretexto de que ele não entra nos esquemas já conhecidos e solidamente estabelecidos. Portanto, é preciso navegar constantemente para escapar ao mesmo tempo à credulidade e ao cepticismo.

Emergências

A era arcaica é uma alvorada e os Gregos e seus vizinhos viveram-na como tal. O sentimento de um progressivo domínio do universo contribuiu muito para essa postura. No século VIII, os Eubeus, a exemplo dos Fenícios, atingem o oceano Atlântico. O Mediterrâneo, em contraste com os mares «exteriores», humaniza-se tornando-se o domínio dos deuses: de Poseídon, por certo, mas igualmente de tantas outras divindades. É a passagem «de uma extensão marítima caótica a um espaço qualificado e ordenado» (Vernant). O vocabulário enriquece-se: ao *thalassa*, o mar visível, opõe-se o *pontos*, o alto mar, que não é inacessível mas a que faltam referências fixas. Este mar é percorrido por rotas, as *poroi*. Entre os astros e as referências que os cabos, os estreitos e as ilhas constituem, o vasto meio líquido perturba o pensamento dos homens. Os três séculos do arcaísmo vão ser consagrados a dominá-lo, a atravessá-lo, a conhecer as suas regras não escritas. É, pela primeira vez, a tentativa de dominar o espaço e as forças naturais. Exercício vão e sempre a recomençar face às tempestades e às forças irracionais. É aí que a inteligência vai assumir essas formas tão particulares que os Gregos designam por «*métis*»: para desmontar as ciladas do mar é preciso a astúcia de Ulisses.

Aqui terminamos a apresentação do Mediterrâneo. As suas águas transportam navios e homens mas, pela força primordial que representam, as massas líquidas poderiam levar-nos ao coração dos mais sofisticados sistemas de representação

do mundo. E os Antigos não conseguiram decidir-se a pensar o mar como um objecto, distante e longínquo. Irá figurar nos primeiros mapas do mundo, elaborados então pelos Jónios.

O mar não poderia contudo aspirar a figurar no centro do universo mental dos Gregos. É a terra que tem este papel em Anaximandro, a terra, facilmente mensurável, onde o espaço da cidade vai tornar-se o ponto de referência, fixo e sólido, de todas as reconstruções mentais e concretas. Ao contrário do território (*chora*) da cidade, as planícies do mar escapam ao seu esforço de racionalização geométrica. O mar não pode ter centro porque não pode ter ponto fixo, seja em que lugar for. Não há *omphalos* do mar e o umbigo do mundo só pode ser em terra.

A esta visão do mundo opõe-se a de Tales de Mileto: o mar ocupava o centro das suas preocupações e é em função dele que Tales vê o céu e as estrelas, como faziam os marinheiros fenícios. Dizia-se que foi ao medir a distância dos navios no mar que Tales aperfeiçoou o seu teorema sobre a igualdade dos ângulos na base dos triângulos isósceles. Considerava a água o princípio de todas as coisas, seguindo aí a tradição egípcia. Para Tales, a terra assentava na água como um bocado de madeira, mas os Gregos, de Anaximandro a Aristóteles, recusaram sempre essa imagem.

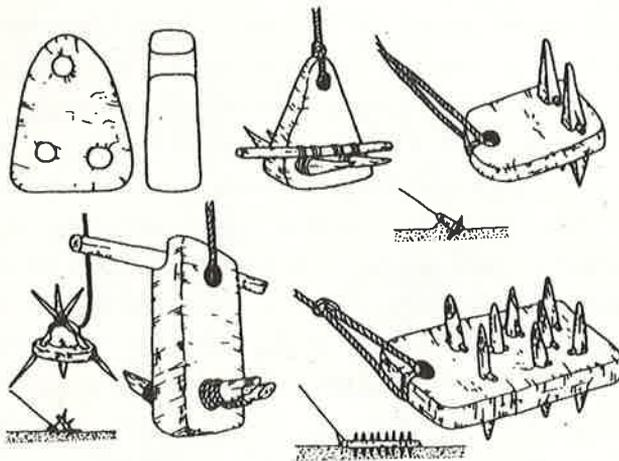


Fig. a — Âncoras de pedra.

(P. A. Gianfrotta, P. Pomey, *Archeologia subacquea*, Milão, Mondadori, 1980, p. 297.)

1 Paisagens

Um mar começa por ser uma paisagem, ou, mais exactamente, um conjunto de paisagens, um conjunto de imagens captadas por um observador, a partir de terra ou a partir de um navio. O diálogo entre o sujeito e o objecto, entre o homem e o mar, conhece nos tempos arcaicos, pela primeira vez, grande intensidade, em ligação com a multiplicidade de viagens de emigrantes e mercadores, mas também de homens de ciência.

Temos hoje o hábito de carregar a noção de paisagem com uma conotação subjectiva forte (o que o homem vê, com os seus estados de alma pessoais, ao olhar o horizonte) opondo-a à de ambiente, mais neutra e mais «científica». A época arcaica viu o início desta clivagem, justapondo os olhares dos filósofos e dos geógrafos e os dos poetas (Homero, Píndaro, por exemplo).

Desde há mais de um século, desde os primeiros trabalhos do geógrafo Philippson (1888), o conhecimento da paisagem grega e das suas estreitas interferências com o Mediterrâneo deu grandes passos, mas todos nós continuámos marcados, no nosso olhar sobre o Mediterrâneo, pelas descrições homéricas, poeticamente traduzidas por Victor Bérard.

A representação do mundo

Foi a invenção da cartografia, na época das guerras Médicas, isto é, no fim do arcaísmo (início do século V a.C.) que recolheu e materializou séculos de observações, mas só foi possível graças a uma capacidade de abstracção absolutamente revolucionária. E Anaximandro foi o primeiro grego a conceber a ideia de desenhar a terra sobre um *pinax*, uma tabuinha ou prancha (mas os Babilónios tinham já feito tentativas neste sentido). Pela primeira vez, o estilete não serviu para desenhar letras, mas para gravar uma imagem que era uma «evidência muda» (Jacob), e isto numa superfície fixa e duradoura. O momento é importante, comparável ao que assistiu à invenção da escrita. A acção de Anaximandro foi prosseguida por Hecateu, que se dedicou à descrição da terra (*periodos ges*).

Estes mapas apresentavam-se de uma maneira que podemos reconstituir: quando o tirano de Mileto, Aristágoras, logo no início do século V (499), foi visitar o rei de Esparta, Cleómenes, apresentou-lhe:

«Uma placa de bronze que trazia gravado o mapa da terra inteira com todos os mares e todos os rios.» (Heródoto, V, 49.)

Os Gregos manifestaram muitas vezes incredulidade e cepticismo perante estas primeiras representações:

«Rio ao ver tanta gente dar-nos mapas do mundo que nunca contêm a mínima explicação racional: mostram-nos o rio Oceano que encerra uma terra perfeitamente redonda, como feita ao torno, e dão as mesmas dimensões à Ásia e à Europa!» (Heródoto, IV, 36.)

E o comentário de Estrepsíades é o do Ateniense médio do século V:

«Ah! Quanta urbanidade! A ideia é democrática e útil!» (Aristófanes, *As Nuvens*, 200-217.)

Todavia, a conceptualização acabava de dar um grande passo. Ver o mundo diante de nós é já possuí-lo; abarcar de um olhar os seus limites é aperceber a sua própria essência.

Os périplos

Os Gregos iriam porém permanecer muito tempo ligados a um conhecimento

do mundo assente mais nas observações e nas descrições do que nas imagens. As primeiras representações limitavam-se de facto a codificar um capital de experiências e de observações empíricas realizadas no decurso de viagens que se estenderam por vários séculos e cujos ensinamentos eram transmitidos por tradição oral. Sabemos hoje que os Gregos (os Micénios) circulavam no Mediterrâneo já desde os meados do II milénio: acompanhavam produtos de que a arqueologia encontrou vestígios nas margens, do Levante à Espanha passando por Chipre, Creta, sul de Itália, Sicília e Sardenha.

Há uma categoria literária particular ligada à descrição dos litorais: os *periploi* (périplos), cuja existência conhecemos graças a Marciano de Heracleia, um geógrafo do fim da Antiguidade que reuniu alguns deles.

Um dos mais interessantes para nós é o Périplo chamado «de Cílix» cuja importância foi reavaliada por investigações recentes (Peretti). Durante muito tempo, pôs-se em dúvida a tradição manuscrita que atribuía este relato a Cílix de Caruanda, um explorador conhecido de Heródoto (IV, 44) que trabalhara para o rei persa Dario I e ficou célebre sobretudo por causa da sua viagem à Índia, no fim do século VI (c. 519-513). Tinha-se portanto o costume de atribuir a um autor anónimo do século IV a redacção deste périplo. Este autor teria sido um falsário que teria colocado sob os seus escritos o nome prestigioso de Cílix. Peretti demonstrou, de maneira em grande medida convincente, que havia, no texto actualmente conservado, um núcleo antigo atribuível a Cílix, núcleo depois completado no essencial por um comentador ateniense do século IV, provavelmente nos anos 338-335 (mas nada parece posterior à fundação de Alexandria, que nunca é citada). É pois importante, à luz desta pesquisa filológica rigorosa, comparar descrições autênticas, efectuadas ao longo das costas, e novos manuseamentos, muitas vezes reelaboraões feitas em biblioteca que denotam, aliás, mais interesse pelo interior do que pela costa e frequentemente já não respeitam a progressão da viagem, pois efectuam idas e vindas confusas.

O segundo périplo mediterrânico arcaico está igualmente rodeado de mistério. A bem dizer, conhecemo-lo apenas por um poema de Rufus Festus Avienus, um romano do século IV da nossa era (*Ora maritima*). Avieno deve ter tido diante dos olhos um texto que remontava à época helenística, mas a verdadeira fonte das informações encontra-se originariamente, a crer em Schulten (1922) num périplo marselhês do século VI, da época dos primórdios da cidade grega de Mar-

selha (Massalia). Este périplo diz respeito apenas às costas do sul de França e da Península Ibérica: 40 versos são consagrados à região de Tartessos, mais de 80 versos a Massalia e ao Ródano; encontramos também aí informações sobre sectores atlânticos frequentados pelos mercadores que iam a Tartessos (Andaluzia) e mais além: foi provavelmente nesses meios sujeitos a influência fenícia que alguns marselhenses souberam essas notícias.

Medir as distâncias, avaliar os prazos

Um dos meios de identificar os elementos mais antigos do périplo de Cílix é observar a maneira como são medidas as distâncias utilizando o número de dias de navegação e não dando o número de estádios (1 estádio = cerca de 180 metros), como fizeram a seguir os geógrafos mais recentes.

Hesíodo, na *Teogonia* (721-722) utilizava a duração da queda de um objecto (uma bigorna de bronze) para calcular a distância que liga a superfície terrestre às profundezas do Tártaro: eram precisos nove dias e nove noites para passar da luz do dia às trevas.

Passamos do mito à história com as menções de Cílix. Citemos alguns exemplos: para dar a volta à península Ibérica, 7 dias e 7 noites; para ir de Emporium, na Catalunha, ao Ródano, 2 dias e uma noite; para percorrer a costa a partir de Esparta, são necessários 3 dias, finalmente, 7 dias e 7 noites são indispensáveis para ir de Cartago às Colunas de Hércules (Gibraltar). De um modo mais sintético, são precisos 154 dias de navegação para fazer o percurso ao longo de todas as costas europeias do Mediterrâneo, 87 dias para as costas asiáticas, 74 dias para as costas africanas.

Por sua vez, Heródoto (IV, 85-86) indica que para atravessar o Ponto Euxino (Mar Negro) são precisos 9 dias e 8 noites de navegação; Tucídides (VI, 1, 1), que segue Antíoco de Siracusa, indica que um navio mercante dá a volta à Sicília em menos de 8 dias, ao passo que em Estrabão (VI, 2, 1), que cita Éforo, são precisos 5 dias e 5 noites para o mesmo circuito.

É a partir destes prazos, adquiridos pela experiência dos navegadores, que os Antigos tomam consciência dos espaços. Calcular o tempo é com efeito o meio mais seguro de avaliar as distâncias; a seguir, os geógrafos vão adquirir o hábito de dar as distâncias em número de estádios, sabendo que um navio percorria 700

estádios num dia. Há uma prática que permite mesmo dar a equivalência: 24 horas de navegação = 1 000 estádios (ou 500 estádios por período diurno), o que Eratóstenes irá criticar no século III a. C.

Esses itinerários são traçados a partir do uso e não de uma maneira teórica. Conforme os casos, seguem as costas (cabotagem) ou permitem uma navegação de alto mar.

Cabos e promontórios

Neste contexto, o papel dos cabos e dos promontórios é essencial. São eles que vão desempenhar o papel de balizas, de pontos de referência para a navegação.

Os Antigos são sobretudo sensíveis à aparência do cabo, ao seu relevo pontiagudo ou tabular, à sua vegetação e à sua cor. Demonstrou-se já a importância de todos os cabos «brancos», isto é, os que apresentam falésias calcárias mais ou menos desenvolvidas. A toponímia do Mediterrâneo é rica em nomes que recordam esta cor branca: por exemplo, as Leucas (sul de Itália, Salento), Lêucades (Adriático), Leucópetra (Calábria), Leuquê Actê (Calcídica da Trácia). Estes cabos tornaram-se muitas vezes grandes lugares de culto: é sabido que havia todos os anos, na Lêucade, ilha do Adriático, um mergulho ritual feito a partir de um dos seus cabos e que constitui uma variante da expulsão e lapidação do «bode expiatório» (*pharmakos*):

«Assim se chama (Lêucate) a um esporão rochoso de cor branca — donde o seu nome — que prolonga a ilha de Lêucade sobre o mar aberto em direcção à Cefalénia. Sobre o rochedo que acabo de mencionar ergue-se o santuário de Apolo da Lêucade. É igualmente aí que se encontra o lugar de salto que passa tradicionalmente por curar o mal de amor (...). Menandro afirma que Safô terá sido a primeira a tentar o salto (...). Os Leucádios tinham também o costume de escolher todos os anos, por ocasião dos sacrifícios em honra de Apolo e entre aqueles sobre quem pesava uma culpa, um homem que era precipitado à laia de vítima apotropaica do alto do posto de vigia instalado no cabo. Atavam porém ao seu corpo penas variegadas e aves susceptíveis de retardar a sua queda ao baterem as asas, enquanto muitas tripulações instaladas em pequenos bar-

cos de pesca aguardavam em círculo ao pé da falésia, prontas a prestar-lhe socorro se pudessem e a transportá-lo em segurança para fora das fronteiras do território depois de o terem recolhido.» (Estrabão, X, 2, 8-9)

Este texto mostra também dois outros aspectos do promontório: ponto de vigia para a pesca ao atum e, sobretudo, sede de um grande santuário.

De facto, os grandes santuários do Mediterrâneo, gregos ou não, estavam muitas vezes instalados nesses promontórios. A divindade protege assim a navegação, que ao mesmo tempo controla. E os sacerdotes beneficiavam assim de um observatório adequado que manifestava aos olhos de todos o seu poder.

Abundam os exemplos. Alguns são célebres, até universalmente conhecidos: o templo de Poseídon no cabo Sunion, na Ática ou no cabo Ténare, na Lacónia, o templo de Astarteia em Erix, por cima da ponta ocidental da Sicília, o templo de Hércules-Melcarte em Gades (Cadiz), o templo de Hera no cabo Lacínio (Capo Colonna), perto de Crotona, na Itália meridional, o templo de Apolo perto de Mileto, o templo de Atena em Lindos (Rodes), a série dos templos de Ártemis (os Artemísios): no nordeste da Eubeia, perto do Cabo da Nau, em Espanha, ou na ilha de Giannutri, no arquipélago toscano. Enfim, e sobretudo, o Panionion, santuário dos Jónios no Cabo Micale, em frente à ilha de Samos, cujas grandes festas eram célebres (Heródoto, I, 148).

Muitos eram os cabos considerados verdadeiras fronteiras: o Cabo Maleia, no sul do Peloponeso, era um deles: «ao dobrar o cabo Maleia, diz adeus à terra», anunciava um provérbio grego referido por Estrabão (VIII, 6, 20). Outros foram tomados como ponto de referência nos primeiros textos jurídicos que organizaram o comércio e as zonas de influência no Mediterrâneo, como, por exemplo, o primeiro tratado jurado entre Roma e Cartago (em 509) que estipulava que os Romanos deviam abster-se de navegar além do Belo (ou Bom) Promontório, a menos que a tempestade ou uma força inimiga a tal os obrigasse (Políbio, III; 22); as investigações recentes ainda não permitem saber se se tratava do Cabo Bom (Desanges) ou do Cabo Farina (Heurgon), que são os dois cabos que se erguem a este e a oeste do golfo de Cartago.

E, enfim, grandes túmulos, relativos ao mito ou à história, situavam-se em promontórios importantes, tais como o de Protesilau, tio de Filocteto e herói da

guerra de Tróia, que se encontrava na extremidade do Queroneso da Trácia, à entrada do Helesponto (Dardanelos), mas também os túmulos de Aquiles e de Pátroclo.

« ... o sacro exército dos Argivos belicosos erigiu um túmulo majestoso e magnífico, no termo do promontório, à entrada do Helesponto, para que, ao largo do mar, pudesse ser visto pelos homens de hoje e pelos vindouros.» (Homero, *Odisseia*, XXIV, 75).

A história do Mediterrâneo está portanto muito marcada por estes lugares fortes, onde o contacto entre a terra e o mar se fazia de uma maneira nítida e por vezes majestosa. Foi o olhar dos navegadores que valorizou estes lugares e deles fez morada de deuses e heróis. Os promontórios são os grandes observatórios do Mediterrâneo .

Os ilhéus

O papel estruturante dos cabos e promontórios completava-se naturalmente com o dos ilhéus situados na proximidade do litoral e que serviam igualmente de referências. Sabemos que os Fenícios apreciavam muito particularmente os sítios fronteiros a pequenas ilhas (Tucídides, VI, 2, 6). E por isso, em Tiro como em Gades (Cadiz), a presença da ilha é um elemento determinante da paisagem fenícia. Aliás, os Gregos faziam o mesmo: a fundação de Siracusa fez-se primeiro no ilhéu de Ortígia. Para além das fundações coloniais, sabemos do papel que desempenharam na história arcaica ilhas como a de Ischia, no golfo de Nápoles (sede de Pitecussai, primeiro estabelecimento grego do Ocidente) ou pequenos ilhéus como o de Plateia, diante de Cirena, o de Berezã frente à Ólbia pôntica (Mar Negro), o chamado mais tarde «cidade velha» (*palaiapolis*) diante de Emporium de Espanha, para não falar da costa da Jónia onde o diálogo entre as ilhas e o continente condiciona tudo.

Enfim, Citera. Releia-se Tucídides (IV, 53, 3):

«Citera é uma ilha situada ao largo da Lacónia, não longe do Cabo Maleia. A população é constituída por lacedemónios da classe dos Periecos. Para lá se enviava todos os anos um magistrado espartano que exercia

funções de juiz para Citera. Tinha sempre de guarnição à ilha um corpo de hoplitas idos do continente e os Lacedemónios velavam com cuidado pela sua segurança. Era aí que tinha lugar o desembarque dos navios de carga vindos do Egipto ou da Líbia. A posse desta ilha facilitava, por outro lado, a defesa da Lacónia face às incursões dos piratas que chegavam por mar. Com efeito, é apenas pelo lado do mar que a Lacónia é vulnerável.»

A ilha tinha também um templo fenício a Afrodite Urânia (celeste), apresentando portanto todas as características de um grande mercado (*emporion*) onde as trocas se desenvolviam entre comunidades diferentes, sob o controlo dos sacerdotes, mas também da cidade mais próxima (Esparta): a ilha, de facto, estava bem situada, entre o porto lacónio de Giteion, perto da foz do Eurotas (a cerca de 45 quilómetros de Esparta) e o porto cretense de Sidónia que «olha para a Lacónia» (Estrabão, X, 4, 13); todavia, Quílon, o mais sábio dos espartanos, dizia que o que interessava a Esparta era que Citera fosse para o fundo do mar, pois constituía uma base de ataque ideal para os inimigos da cidade (Heródoto, VII, 235): por este juízo contra a corrente se vê já a originalidade da posição de Esparta relativamente ao mar.

Os estreitos

São as portas do Mediterrâneo, quer por marcarem os seus limites extremos, como o estreito de Gibraltar, principal fronteira entre o domínio mediterrânico e o domínio atlântico, quer por constituírem passagens de interesse estratégico e comercial evidente, como o estreito de Messina ou o conjunto formado pelo Bósforo e os Dardanelos.

Gibraltar foi, provavelmente desde o século VIII e as primeiras navegações dos gregos da Eubeia, considerado uma referência essencial. Com efeito, a mais antiga tradição grega deu à passagem o nome de «colunas de Briareu», a partir do nome de um herói eubeu que tinha culto na cidade de Cálcis da Eubeia; a seguir, e provavelmente através de uma assimilação com o Melcarte fenício que tinha um templo perto dali, é a Hércules que é feita referência e durante toda a Antiguidade fala-se das «Colunas de Hércules» e depois das «Colunas de Hér-

cules». Tudo naquele lugar contribuía para estimular a imaginação: a entrada no oceano significava condições de navegação inteiramente diferentes, no «mar inacessível» (Píndaro); o navegador que fosse para oeste tinha à sua direita o rochedo de Gibraltar, que teve na Antiguidade o nome de Calpe, e à sua esquerda um conjunto de montanhas altas, que receberam o nome de Abila; mais longe, no litoral europeu, aparecia ao fundo do golfo o sítio insular de Gades, onde os Fenícios de Tiro edificaram um templo ao seu deus Melcarte na ponta da ilha oposta àquela onde se encontrava a sua cidade (Estrabão, III, 5, 4); uns 100 anos antes de Cristo mostrava-se aos viajantes uns pilares de bronze sobre os quais estavam gravados os custos de construção do templo e que eram por vezes apresentados como as «Colunas». Mais longe ainda, do mesmo lado, atingia-se o *emporion* de Tartessos, nas cercanias de Huelva e da foz do Guadalquivir: um dos primeiros gregos a chegar aí foi Colaios, de Samos, que queria simplesmente ir de Samos para o Egipto mas que o vento arrastou para oeste; não se arrependeu dessa viagem, realizando, a crer em Heródoto (IV, 152) grandes lucros. Mais tarde, parece que os meios fenícios molestaram a navegação grega através do estreito:

«Os Cartagineses lançavam ao mar todos os estrangeiros que tivessem conseguido navegar para a Sardenha ou até às Colunas» (Estrabão, XVII, 1, 19).

O estreito de Messina, entre o sul de Itália e a Sicília, é a porta de entrada no mar Tirreno, que parece um mar fechado, o único mar fechado do Mediterrâneo além do Mar Negro. Como Gibraltar, este estreito tem uma definição restrita e outra mais lata. No sentido restrito, é o lugar em que estão frente a frente as «irmãs» calcídias, as duas colónias gregas de Rhegion (a actual Reggio di Calabria) no litoral calabrês, e Zancle, cujo nome significa «foucinha», em Grego, evocando a forma do seu porto (actual Messina). «Via de passagem natural do helenismo para o Ocidente» (Vallet), o estreito de Messina foi, na época arcaica e clássica, um verdadeiro sistema político calcídio, articulado com as duas cidades citadas, mas também com Naxos (no litoral siciliano, a sul de Zancle), com Milai (Milazzo), na costa norte da ilha, ponto de junção com o arquipélago eólio, enfim com Metauros, no litoral calabrês a norte de Reggio, que foi calcídia antes de passar para o controlo de Locres. Esta organização, que garantiu aos Calcídios o controlo das trocas — sem que por trás desta noção coloquemos uma visão modernista do tipo «alfande-

gário» — assumiu no início do século V (de 488 a 461) uma dimensão política com o «reino do Estreito» instaurado por Anaxilas o qual, ao tornar-se «tirano dos regianos e dos zanclenos» (Diodoro, XI, 48), reuniu provisoriamente num único Estado as duas cidades calcídias do estreito, exemplo original de união política entre duas cidades gregas cuja geografia condicionava necessariamente a história.

Com o conjunto constituído pelos Dardanelos (Helesponto) e Bósforo da Trácia, separados pelo Mar de Marmara (Propôntida), é uma charneira ainda mais complexa que permite a passagem do Mar Egeu para o Mar Negro. Do lado do Mar Negro, à entrada do Bósforo, erguia-se na margem sul um templo consagrado a Zeus Urios («o Iéron») que se invocava para obter um vento favorável: foi aí que, segundo a lenda, Jasão, vindo da Cólquida (Geórgia) ofereceu o seu primeiro sacrifício aos doze deuses. A cidade de Bizâncio, fundada pelos colonos de Mégara da Grécia, situava-se na outra extremidade do Bósforo, do lado da Propôntida e na margem norte; tinha em frente a colónia megária de Calcedónia, localizada numa costa com rochas brancas muito visíveis e que fora fundada dezasete anos antes de Bizâncio; o controlo de Mégara sobre o Bósforo recorda também a presença dos Gregos de Cálcis da Eubeia no estreito de Messina. Para atravessar o Bósforo, o rei persa Dario mandou construir, em 513, uma ponte de barcas, obra do arquitecto Mandrocles de Samos (Heródoto, IV, 87).

O Helesponto constituía um segundo estreito, ligando a Propôntida ao Mar Egeu e abrindo-se entre o Queroneso da Trácia, sobre a margem norte, e a Tróade, do lado sul. Tal como o seu pai, Dario, no Bósforo, Xerxes mandou instalar uma ponte de barcas no Helesponto, que assim quis «encadear»: as barcas eram ligadas por cabos de linhaça (técnica fenícia) ou por cabos de papiro (técnica egípcia); mas o comprimento necessário (7 estádios, ou seja, 1,2 km) era demasiado grande e uma tempestade rompeu as ataduras. Então Xerxes mandou cortar a cabeça aos engenheiros e «castigou o mar» infligindo 300 chibatadas ao Helesponto antes de mandar recomeçar os trabalhos com técnicas reforçadas (Heródoto, VII, 34-36). E assim consegue finalmente fazer passar o seu exército, depois de ter realizado libações numa taça de ouro que a seguir lançou às águas do estreito. Por este mesmo estreito passavam os comboios de trigo que, sempre na época das guerras Médicas, abasteciam a Grécia e que Xerxes não quis bloquear, pensando que estes víveres poderiam ser-lhe úteis, uma vez que também ele se dirigia para a Grécia (Heródoto, VII, 147).

Istmos e transbordos

Poderíamos prolongar esta exposição sobre os estreitos recordando que os navegadores arcaicos, segundo os comentadores posteriores, se teriam preocupado com a questão do transbordo de homens, produtos, até de navios para melhorar a circulação através do Mediterrâneo.

De facto, convém sermos aqui muito prudentes. Muitas interpretações dependem, directa ou indirectamente, do que Victor Bérard chamava a «lei dos istmos atravessados» segundo a qual era preferível «cortar» através dos istmos terrestres em vez de «dar a volta» pelo mar. É certo que os Antigos foram sensíveis à noção de istmo. Aristóteles, na *Política* (VII, 10, 1329b) observava que os dois golfos que ladeiam o istmo calabrês são «distantes um do outro um meio dia de caminho». E nos *Ora maritima* de Avieno (v. 178) fala-se de caminhos andaluzes que permitiriam, em 4 dias, passar da foz do Tejo (região de Lisboa) para Tartessos (Huelva) e daí, em 5 dias, para a costa mediterrânica nas imediações de Mainaqué e Málaga.

Sabemos todavia que esses itinerários de contorno não devem ser interpretados num sentido demasiado «modernista» que procure fazer crer que os Fenícios faziam o «bloqueio» a Gibraltar ou os Calcídios o do estreito de Messina: a teoria das portagens e das rotas terrestres desenvolvida por Lenormant no fim do século XIX para a Itália meridional foi fortemente mitigada: os itinerários marítimos foram, durante todo o arcaísmo, largamente preponderantes, embora os caminhos interiores através dos vales largos do Basilicato e da Calábria tenham desempenhado um papel essencial nos fenómenos de estruturação das comunidades indígenas e no desenvolvimento das suas relações com as colónias gregas instaladas no litoral.

As tentativas de penetração ou de ordenamento dos istmos são, neste contexto, testemunhos sugestivos. O faraó egípcio Nechau (609-594) empreendeu a abertura de um canal a ligar o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, antepassado do actual canal do Suez; o seu comprimento correspondia a quatro dias de navegação e a sua largura permitia a passagem de duas trietas: terão perecido na empresa 120 000 egípcios (Heródoto, II, 158) e o faraó teve que abandonar o seu projecto que seria terminado pelo rei persa Dario no fim do século VI; mas Diodoro (I, 33) indica que Dario o deixou também inacabado, com medo de inundar o Egipto.

Pensem também na tentativa abortada de perfuração do istmo de 5 estádios (900 m) que liga a península da Cnida, na Grécia asiática, ao continente anatólio: a Pitonisa não se mostrou favorável e os operários sofreram muitos acidentes, em especial nos olhos (Heródoto, I, 174). Mas houve sobretudo a perfuração do canal do Athos, na Calcídica da Trácia, no norte do Mar Egeu, que foi feita «a chicote» (Heródoto, VII, 22-23). Esta península estava ligada ao continente por um istmo de 12 estádios (2 km) de largura. O rei persa Xerxes mandou proceder à abertura de um canal por diferentes bárbaros e, nomeadamente, por fenícios que se distinguiram, evitando as paredes verticais, e portanto os desmoronamentos; o canal era rectilíneo e a sua largura permitia a passagem de duas trietas de frente.

Desejaríamos ter indicações igualmente precisas para as obras do famoso *diolkos* que permitiu o transbordo de cargas e/ou navios entre o Golfo de Corinto a norte e o Golfo de Mégara (Golfo Sarónica) a sul. O lugar tinha uma importância estratégica considerável, uma vez que evitava a volta ao Peloponeso. O ganho de tempo era portanto significativo e a abertura do canal de Corinto — uma obsessão dos Antigos, nomeadamente Periandro, Demétrio Poliorceta, César, Calígula e Nero — trouxe *a posteriori* a confirmação: teve finalmente lugar no fim do século XIX (1881-1893). Há porém uma discussão entre os historiadores: verificou-se que só no século V (em 428) temos o primeiro testemunho do funcionamento do *diolkos*: os Lacedemónios, escreve Tucídides (III, 15):

«Puseram-se a preparar carroças para transportar os navios do litoral de Corinto até à costa em frente a Atenas.»

Tratava-se portanto de uma estrada pavimentada, que as escavações encontraram, e não de um canal (o sentido do grego *diolkos* é aqui «que permite puxar de través, alar»). Além disso, não ligava os dois portos de Corinto (o Lechaion, o maior, do lado norte, e o Kenchreai, do outro lado); e isso levou por vezes a crer que o uso do *diolkos* tenha sido mais militar do que comercial. Em 480, aliás, esta dimensão estratégica do istmo de Corinto tinha sido sublinhada pela muralha (Heródoto, VIII, 71) que os habitantes do Peloponeso tinham construído para se protegerem dos Persas de Xerxes (muralha que, paradoxalmente, ligava, essa sim, as duas zonas portuárias).

Faróis e altares

A montante da nossa noção moderna de «farol» — uma torre que, com um sinal luminoso, dá uma referência aos navegadores — houve uma associação entre as fogueiras que na *Iliada* se acendem nas costas para guiar as frotas e o monumento que se erige no litoral. Assim, Estrabão, a propósito de Gades (Cadiz):

«Não há que duvidar que os primeiros a chegar tenham marcado o termo da sua exploração com um altar (*bomos*) de seu fabrico, com uma torre (*purgos*) ou com uma pequena coluna (*stulos*) erguidos no sítio ao mesmo tempo mais avançado que tivessem atingido e o mais visível.» (III, 5, 6).

Sabemos hoje que, muito antes do início da construção do farol de Alexandria (que teve lugar em 297 a. C., na pequena ilha de Faros, o que lhe deu o nome de «farol») tinham sido edificadas faróis no litoral mediterrânico. Alguns deles foram estudados na ilha de Thasos, no norte do Mar Egeu, e a datação proposta é o século VI a. C.. Eram compostos por uma pequena torre circular (dimensões: 4, 90 m de diâmetro 3, 20 m de altura num caso e 3,50 2,50 m no outro) construída com blocos de mármore aparelhados no exterior. No interior, havia um enchimento revestido com mosaicos de grés; estes mosaicos é que estavam em contacto com a fogueira (é conhecido o carácter refractário do grés por oposição à má resistência térmica do mármore).

Havia portanto faróis no Mediterrâneo arcaico. Havia também altares, colocados nas margens, em «lugares de memória» a recordar os momentos importantes da descoberta grega do Mediterrâneo: por exemplo, o altar de Apolo Arcaegeta («fundador») perto de Naxos, na costa oriental da Sicília (Tucídides, VI, 3, 1). Este altar, que ainda não foi encontrado nem sequer localizado, indicava provavelmente o lugar onde haviam desembarcado na Sicília os primeiros colonos gregos. Igualmente o altar dos Filenos, que se encontrava no golfo dos Sirtas (actual Líbia) e assinalava a fronteira entre os territórios de Cartago e de Cirena, isto é, entre o domínio púnico e a costa africana controlada pelos Gregos. Enfim, entre Tabarka e Bizerta (Tunísia) encontravam-se altares de Poseídon.

Navios, esporões, âncoras

No mundo mediterrânico arcaico, o navio está no centro das representações mentais dos Gregos. Uma alegoria, comentada pelo filósofo Heraclito de Éfeso, presente também nos poetas Arquíloco de Paros e Teógnis de Mégara e incessantemente retomada depois, era cara a Alceu, o poeta aristocrata de Mitilene de Lesbos, contemporâneo de Safo, fim do século VII e início do século VI. O navio era assimilado à cidade (*polis*), os flancos do seu casco à muralha da cidade; suporta tempestades, como a cidade, ameaçada pela tirania, sofre crises (as *staseis*) sociais e políticas; o piloto segura o navio como o governador governa a cidade e o marinheiro, perante a borrasca, firma-se, como o combatente que defende a sua cidade; os cidadãos são exilados, como uma carga que corre à tona da água. E o poeta, que conheceu o exílio no Egipto e na Trácia, dá uma descrição exacta de uma tempestade:

«A água da sentina (o *antlos*) cobre a base do mastro / este farrapo de vela (o *laiphos*) está todo transparente / riscado por grandes rasgões (...) o cordame cede (...), a carga está destruída, uma parte vai à deriva.» (Alceu, frag. 208a Voigt).

Bastaria talvez este texto para convencer os cépticos da existência, desde os tempos antigos, de uma navegação tecnicamente evoluída. Contudo, na *Iliada*, um século antes de Alceu, encontram-se já elementos de descrição técnica do navio:

«Assim que entraram no porto de águas profundas, colheram as velas, guardaram-nas na negra nau, baixaram o mastro para o seu cavalete, encurtaram os cabos com presteza, puseram-se a remar para o ancoradouro. Atiram as pedras e prendem as amarras.» (Homero, *Iliada*, I, v. 432 ss.)

Ao longo dos últimos decénios, a arqueologia, com as suas descobertas de destroços, permitiu completar os dados literários. A principal revelação neste âmbito respeita à existência de barcos «cosidos» (capítulo 6). Esta técnica arcaica, de que se fala vagamente na *Iliada*, II, v. 135 («a madeira dos nossos navios está podre e as ataduras soltam-se»), vai dando progressivamente lugar à técnica de assemblagem por respigas metidas em entalhes, que iria tornar-se a norma, mas que aparecem já na *Odisseia*, quando Ulisses constrói a sua jangada:

«Calipso deu-lhe primeiro uma grande bipene de bronze (o *pelekus*), fácil de manejar e afiada de ambos os lados e com um excelente cabo de oliveira, encabado com segurança, assim como uma enxó (o *skeparnon*) bem polida; e conduziu-o, depois, para o extremo da ilha, onde havia grandes árvores — amieiros, álamos negros e abetos tão altos como o céu — há muito tempo sem seiva e de todo secas, que sem dificuldade se mantinham à flor da água. (...)Pôs-se a cortar os troncos —trabalho que depressa concluiu. Cortara vinte árvores ao todo, que desbastou com o bronze, alisou habilmente e endireitou, servindo-se de um fio. Entretanto a preclara deusa Calipso, trouxera-lhe trados. Com estes furou todos os paus e ajustou-os uns aos outros por meio de cavilhas e travessas e a golpes de martelo. É tão grande a curvatura que um carpinteiro conhecedor da sua arte dá ao fundo de uma nau de carga, como a que Ulisses deu ao fundo da jangada. Levantou, em seguida, a coberta adaptando-a a grossas vigas laterais; e, por fim, revestiu os lados com tábuas compridas. Fez também um mastro, a que ajustou a verga, assim como um leme para dirigir a jangada. Concluída esta, protegeu-a de todos os lados, por meio de um entrelaçamento de varas de vime, contra a investida das ondas; e espalhou pelo seu pavimento muita lenha. Entretanto, a preclara deusa Calipso trouxera a Ulisses pano de linho para as velas, que ele fez também com arte e às quais ligou os braços, as driças e as escotas. Depois, arrastou a jangada para o mar brilhante» (Homero, *Odisseia*, V, 234-262).

Se passarmos da técnica de construção naval para a tipologia dos navios encontramos as primeiras representações figuradas de barcos: nos relevos assírios de Khorsabad para os navios fenícios, em vasos de cerâmica para os barcos gregos e etruscos (por exemplo, numa cratera local de Pitecussai, no século VIII, na famosa cratera chamada de Aristonotos, fabricada em Caere, na Etrúria, no século VII, ou na parede da «Tomba della nave» de Tarquínia, na Etrúria, no início do século V).

Note-se que parece que nem sempre houve, nos primeiros séculos do arcaísmo, diferença entre navios de guerra e mercantes. Os Fócios, no século VI, inauguram as suas expedições longínquas, ao Adriático e ao Ocidente, utilizando navios compridos, com 50 remos, os pentaconteras (Heródoto, I, 163) que se opõem

então aos navios redondos, adaptados ao comércio, que encontramos também entre os Fenícios (o *gaulos*, que deu aliás o seu nome a uma ilha perto de Malta, a actual Gozo). Todavia, esses barcos de 50 remadores inscrevem-se numa tradição que remonta aos inícios do arcaísmo e que se caracterizava pela presença de uma tripulação de uns cinquenta homens: é assim o navio de Ulisses na *Odisseia*, mas também o de Alcínoo, o rei dos Feácios; é assim o navio Argos, que transporta os Argonautas. A verdadeira mudança terá lugar com o advento da triera atenien-se na época clássica, com os seus 170 remadores.

É de notar o respeito que acompanha, ao longo dos séculos, os tipos mais antigos de navios. Em Atenas conservava-se um barco de 30 remos que passava por ter sido o navio de Teseu (Plutarco, *Teseu*, 23); os Atenienses conservaram-no até à época helenística «tirando todas as peças velhas de madeira à medida que apodreciam e pondo novas no seu lugar». Paralelamente, em Roma, um navio considerado «o barco de Eneias» era, segundo Procópio (VIII, 22, 7-17) conservado num telheiro (*neosoikion*) para esse fim instalado no centro da cidade: tratar-se-á provavelmente dos *navalia* do Campo de Marte. A descrição permite identificar uma pentacontera arcaica, o que faz sentido se nos lembrarmos que, à altura da fundação de Marselha, jovens fócios tinham chegado à foz do Tibre antes de se ligarem por amizade aos Romanos (Justino, XLIII, 3, 4) e que em pleno século VI tinha sido edificado na colina do Aventino, imediatamente acima do *emporion* arcaico do Forum Boarium, um templo para Ártemis de Éfeso, cuja presença está muitas vezes ligada a dos Fócios.

Os esporões e as âncoras eram então as duas características essenciais dos navios arcaicos. Observou-se (Rebuffat) que todas as batalhas navais arcaicas são batalhas de esporões, o que fazia afundar os barcos poupando as vidas dos homens mas dando uma massa considerável de prisioneiros. Estes esporões são bem visíveis em todas as representações figuradas. Recebiam em Latim o nome «rostres». A tribuna dos oradores que ficava no Forum romano tomou o nome «Rostres» a seguir a 338 a. C., data em que os esporões dos navios da cidade latina de Anzio, rival de Roma, foram colocados sob esta tribuna após a captura destes navios pelos Romanos ao longo da guerra latina.

Quanto às âncoras, a sua importância explica-se pelo hábito que tinham então os navegadores de as consagrar à divindade para lhe agradecer uma travessia sem problemas. Cepos de âncoras — a parte que serve para dar peso para lastro da

âncora e para lhe permitir enterrar-se mais facilmente — de pedra ou de mármore foram encontrados em santuários como o do *emporion* de Gravisca (Etrúria) com uma inscrição grega que recorda que se tratava de uma oferenda a Apolo de Egina feita por Sostratos. Sostratos foi um famoso mercador de Egina de quem Heródoto diz ter realizado lucros mais mais vultosos que ninguém (IV, 152).

Territórios e fronteiras marítimas

Dar nome a um espaço é defini-lo mas é sobretudo tomar posse dele pela palavra. Vimos que os Eubeus o fizeram a partir do século VIII dando o nome de Briareu, um dos seus heróis, ao estreito de Gibraltar. E o espaço mediterrânico arcaico era já este conjunto de «planícies líquidas» (Braudel), cada qual com a sua personalidade. Os navegadores baptizaram portanto os espaços por onde passaram.

Os nomes destes mares, provavelmente, não remontam muito atrás no tempo; são praticamente inexistentes na *Iliada* e mesmo na *Odisseia*, que mostra, porém, relativamente ao poema anterior, uma extensão considerável do mundo mediterrânico então conhecido. O cuidado do poeta da *Odisseia* foi deixar planar a sombra do mito sobre espaços de que os Gregos não tinham ainda bom conhecimento directo. Tudo se passa diferentemente com Hecateu de Mileto, a despeito da raridade dos fragmentos da sua obra que chegaram até nós; e isto é um indício que leva a acatar a ideia de que a atribuição de nomes a espaços marítimos faz inteiramente parte da construção do espaço mediterrânico que então se elabora nas mentalidades arcaicas.

Para os geógrafos jónios, o Mediterrâneo é um mar fechado, ou quase; logo, o oceano é exterior. Nos confins do mundo conhecido há ainda grandes incertezas. Assim, o Mar Adriático e o Mar Negro (ou o norte do Mar Egeu) aparecem durante muito tempo como se fossem vizinhos: Estrabão (VII, 5, 9) admirava-se por encontrar em relatos antigos uma indicação segundo a qual teria havido comunicação submarina entre estes dois mares e isto porque se encontrava olaria de Quios e de Tasos no vale do Naron, um rio da actual Bósnia-Herzegovina. Por outro lado, uma outra menção que remonta provavelmente a Hecateu e foi retomada por Aristóteles permite pensar que de uma montanha se via ao mesmo tempo os dois mares. Em suma, havia ainda brumas espessas sobre certos confins.

Então, esboçam-se dinâmicas. O nosso Mar Adriático actual, entre a Itália e os Balcãs, era, na época arcaica, apenas uma parte do mar Jónio, a do sul de Itália. O nome «Adriático» refere-se inicialmente apenas às imediações do delta do Pó, onde se encontrava Adria, um *emporion* frequentado pelos gregos (nomeadamente de Egina); e a evolução das designações fez-se de maneira complexa, muitas vezes com contradições.

Vemos também opor-se a noção de águas costeiras à de alto mar: por exemplo, no fim do século V, quando Nícias quis dissuadir os Atenenses de se lançarem na expedição à Sicília, observa:

«Os Atenenses decidiram que se deve deixar os Sicilianos gozar livremente do que têm e resolver entre si os seus assuntos ao abrigo desta fronteira (*horos*) que nos separa actualmente deles — refiro-me ao golfo jónio (*ionios kolpos*) quando acompanha a costa ou o mar da Sicília (*sikelikon pelagos*) se se fizer a travessia em linha recta.» (Tucídides, VI, 13)

Quando se segue ao longo da costa da Itália meridional, está-se em águas jónicas; quando se está ao largo, é no Mar da Sicília, isto é, no mar que leva à Sicília. Os espaços marítimos são portanto de dois tipos: ou banham as terras e são assim chamados em função delas, ou se trata do largo e então é o destino que conta para quem lhes dá o nome (neste caso, os Gregos da Grécia). O Mar de Creta fica ao norte de Creta e conduz portanto os Atenenses a Creta. O Mar da Sardenha começa por ser o mar que leva à Sardenha antes de se estender até Gibraltar, reflectindo assim a intensificação das relações marítimas entre os Púnicos da ilha e as possessões cartaginesas do Extremo Ocidente.

Peixes

O Mediterrâneo é uma inesgotável reserva de peixes e as populações arcaicas viam-no como tal. Estes peixes são golfinhos carnívoros, caros a Apolo e a Dioniso, «amigos do canto da flauta» (Eurípides, *Electra*, 435) e atuns, igualmente carnívoros (*sarcophagoi*), cheios de sangue, que se pode oferecer em sacrifício a Poseídon e que tingem de vermelho o mar quando são capturados segundo técnicas imutáveis, nas almadras; os Antigos foram sensíveis a estas grandes mi-

grações sazonais e colectivas que deslocavam os peixes (Heródoto, II, 93) e as cegonhas (*pelargoi*). Peixes e crustáceos encontram-se com abundância nas moedas gregas da época alta. Há, por exemplo, golfinhos nos dracmas de Zancle e nos estáteres de Tera, polvos nos tetradracmas de Siracusa, caranguejos nos dracmas de Himera, atuns nos estáteres de Cízico e nas moedas de Tarento o fundador da cidade é representado a cavalgar um golfinho. Excepcionalmente, observam-se representações esculpidas de golfinhos numa mélope de Selinonte dos meados do século VI e mais frequentemente a presença de peixes em cerâmica figurativa, como os golfinhos numa célebre taça ática com figuras negras, de 530, assinada por Exéquias, encontrada em Vulci (museu de Munique) que representa Dioniso a navegar.

É certo que a pesca foi praticada mas a nossa documentação sobre estas práticas é relativamente magra para a época arcaica, ao contrário das épocas helenística e romana, período que possui numerosas inscrições e autores prolixos sobre este assunto, como Ateneu e Opiano. Há, nos níveis arqueológicos, pesos de pedra ou de barro para as redes, restos de peixes e de conchas que os arqueólogos conseguem actualmente identificar bem (estudos de icteofauna). Os anzóis recurvados descritos na *Odisseia* (IV, 368 e XIII, 331) foram de cobre, de bronze, depois de ferro. As pinturas do túmulo etrusco «da Caça e da Pesca», em Tarquínia, a construção de um viveiro em Agrigento depois de 480 (Diodoro, XI, 25 e XIII, 82) são testemunhos directos mas muito raros desta actividade. Parece ter havido em Bizâncio, já no século VI, taxas sobre as redes permanentes (*boloi*), sobre as almadravas (*pelamideia*) e as cabanas de tábuas ou torres de madeira (*skopai*) utilizadas para observar a passagem dos atuns para o Bósforo.

A pesca é uma caça no mar (Platão, *O Sofista*, 220), com as suas armas, que são as nassas e as redes, os arpões e os tridentes brandidos por Poseídon, deus do mar, como mostra a grande estátua de bronze do deus, com 2,09 m de altura, encontrada perto do cabo Artemísion, ao norte da ilha de Eubeia e datada de c. 460 (Museu Nacional de Atenas). Praticada tanto de dia como de noite, com uma luz que atraia ou à luz da lua (Heródoto, I, 62), nas poças e lagoas mas também ao largo, da praia ou a partir de barcas de fundo chato, a pesca foi uma actividade quotidiana, tão quotidiana que acaba por vezes por se tornar transparente para o historiador.

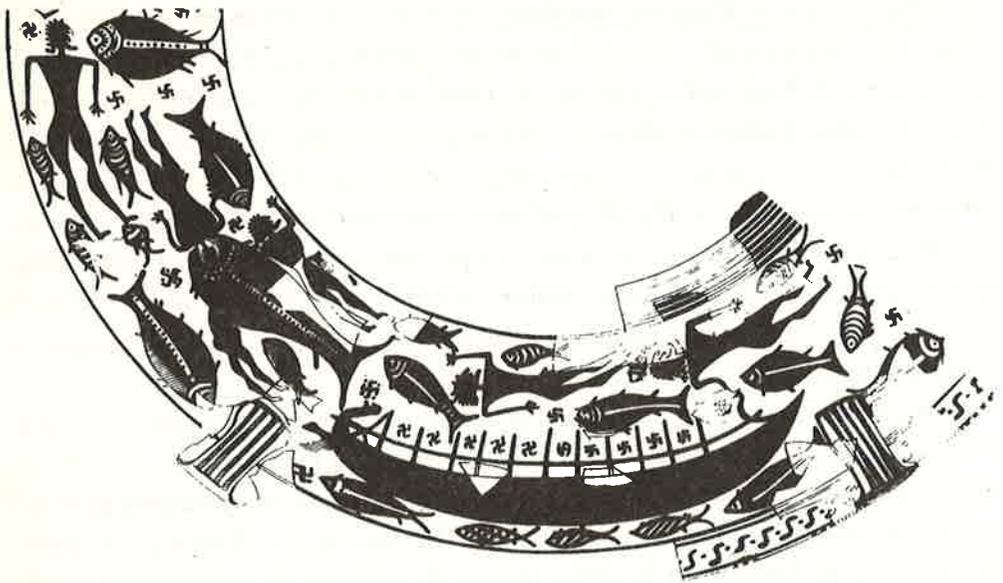


Fig. b — Naufrágio numa cratera de Pitecussai.
(D. Ridgway, *L'Alba della Magna Grecia*, Milão, 1984, fig. 10.)

Como em qualquer caçada, o caçador pode ser a caça e uma representação célebre, numa cratera local de estilo geométrico recente (fim do século VIII) encontrada em Pitecussai (Ischia) mostra peixes, provavelmente atuns, a rodear e a comer naufragos, uma cena que denota, provavelmente, o conhecimento dos relatos homéricos (*Iliada*, XXI, 121; *Odisseia*, XXIV, 290-291).

Estes peixes constituíram um recurso essencial para a alimentação de todas as sociedades ribeirinhas. O atum tem uma carne particularmente alimentícia e rica em proteínas. Os Gregos consumiam o peixe fresco (*ichthus*) ou salgado (*tarichos*). Na *Odisseia*, o recurso ao anzol está ligado «à fome que atormenta o estômago». Nessa ocasião, o peixe é, qual bem precioso, oferecido no âmbito ritual da oferenda:

«Um pescador apanhou um enorme e soberbo peixe que julgou digno de ser oferecido a Polícrates. Apresentou-se portanto às portas do palácio e

pediu para ver Polícrates; permitiram-lho e ele disse ao príncipe ao apresentar-lhe o peixe: «Senhor, apanhei este peixe mas não quis levá-lo ao mercado, se bem que a pesca seja o meu ganha-pão: é digno, parece-me, da tua pessoa e do teu poder. É pois para ti que o trago, aqui o tens». Estas palavras agradaram a Polícrates que respondeu: «Fizeste tu muito bem e duplamente te agradeço, tanto as tuas palavras como o teu presente. Além disso, convidamos-te a jantar connosco». O pescador regressou a sua casa cheio de orgulho. Ora, ao abrirem o peixe, os criados encontraram no seu ventre o anel de Polícrates.» (Heródoto, III, 42).

As salinas e o sal

Conhecer o mar é conhecer e apreciar o sal, indispensável para a conservação das carnes e dos peixes. As populações que ignoram um, ignoram o outro (*Odisseia*, XI, 123-125) e em Homero já se salga a carne, suspendendo espetos nos fumeiros (*Iliada*, IX, 214): o sal é qualificado de «divino», dom do céu.

A PÚRPURA

Entre as conchas, o murex ocupa um lugar de primeiro plano na medida em que permite a produção de púrpura, utilizada em tinturaria. As fontes da época helenística e romana insistem no papel dos Fenícios, cujo próprio nome (*Phoinikes*) teria estado ligado ao da púrpura (*phoinix* em Homero, depois *porphura*), derivado de *phoinos*, cor vermelho sangue (palavra utilizada na *Ilíada*, XVI, 159, para a cor das faces; na *Odisseia*, XI, 123, para a cor dos flancos dos navios) e indirectamente de *phonos*, assassinato. Poderia na verdade haver simplesmente referência a uma pele tisonada — como os Etíopes, cujo nome significa «com a pele queimada» — e não à púrpura. É portanto um tema muito complexo. Além disso, a púrpura nunca é mencionada entre os produtos que os Fenícios devem dar aos Assírios como tributo, ao longo do arcaísmo. A produção de púrpura em Tiro está porém atestada para uma época mais tardia. Em contrapartida, o arquivo grego é claro e bem fornecido.

Basta notar a frequência de referências à púrpura nos raros fragmentos conservados da obra da poetisa Safo de Lesbos (fim do século VII e princípio do século VI) para nos darmos conta da importância que ela revestia nos meios aristocráticos da Jónia. Eros (o Amor) «está coberto de púrpura» e Safo recorda que a moda, no tempo da sua mãe, consistia em atar os cabelos com uma fita púrpura; a referência num texto arcaico a tecidos de púrpura vindos da Fócia mostra que nem tudo é de rejeitar nas referências tardias às sumptuosas lãs de Mileto, tão da preferência dos habitantes ricos de Síbaris. Ainda no fim da época arcaica, o filósofo Empédocles de Agrigento e o orador Górgias de Leonitíni, que vivia em Atenas, arvoravam roupas purpúreas, como o seu contemporâneo Hípias (Eliano, *Histórias Variadas*, XII, 32). A cor púrpura é sinal de prestígio. Há uma morte negra e uma morte púrpura (Gernet).

Este papel da púrpura transparece melhor ainda numa anedota que contava o poeta Ion de Quios (citado por Ateneu, XIII, 603 E). Ion, que tinha encontrado Sófocles, o autor das tragédias, em Quios quando este se dirigia para Lesbos, em 440, fora testemunha de uma cena de banquete (*symposium*) durante o qual Sófocles, seduzido e animado, dissera «de cor púrpura» as faces de um adolescente que distribuía o vinho e que ele fizera enrubescer. A partir daí teve lugar um debate entre os participantes no banquete para saber se a definição «púrpura» era um sinal de beleza: uns contestavam, sublinhando que, se um pintor utilizasse a cor púrpura para pintar as faces de um rapaz o resultado seria esteticamente duvidoso.

A formação do sal marinho intrigava os Antigos e os debates a este respeito tinham lugar desde, pelo menos, Demócrito de Abdera (século V). Faziam evidentemente a diferença entre a água doce e a água salgada, mas pensavam que os peixes se alimentavam de água doce e que havia portanto água doce no mar (Teofrasto citado por Eliano, *Da natureza dos animais*, IX, 64). Também não confundiam as salinas com as minas de sal-gema, atestadas, por exemplo, no Sahara meridional (Heródoto, IV, 181-185) ou na Turquia, no vale do Halis (o actual Kizilirmak): o nome deste rio, que corria desde muito longe, de Sinope, passava por estar ligado ao sal (*als*) mas havia discussões quanto a este ponto (Estrabão, XII, 3, 12 e 39).

As salinas estavam já presentes nas paisagens mediterrânicas, muitas vezes junto às lagoas e na foz dos rios, na Córsega, perto de Alalia, na Sardenha, perto

de Cagliari e de Tarros, em Espanha junto a Cadiz, cujas salgas são conhecidas em Atenas pelo menos a partir do século V, no Languedoc e na Provença, na Itália central e meridional por altura de Tarento, na Sicília, perto de Gela, Agrigento e Motié, nas margens do Mar Adriático, em África, Lixus e também em Utique, onde os túmulos eram escavados no sal (Ps. Aristóteles, *Das maravilhas ouvidas*, 134); confirmações provindas também da Grécia (Eubeia, Ática, Mégara), de Creta, de Chipre, do delta do Nilo, em Pelusa, onde se salgava peixe (Heródoto, II, 15), enfim, do Mar Negro;

«Na foz do Boristeno (o Dniepr) o sal deposita-se espontaneamente em montes imensos» (Heródoto, IV, 53).

O sal teve um papel essencial no desenvolvimento de Roma. É numa paisagem de charcos salgados que Eneias desembarca na Itália central, em Lavínia, no Lácio, segundo o mito (Aurélio Victor, *As origens do povo romano*, 12). Para Dinis de Halicarnasso (II, 55, 5), o primeiro rei mítico de Roma, Rómulo, depois de ter vencido os vizinhos etruscos de Veies, ter-lhes-ia imposto ceder a Roma as salinas próximas da foz do Tibre. Para Tito Lívio (I, 33) é um dos primeiros reis de Roma, Ancus Martius, que fundara Óstia, na foz do Tibre e tinha feito *salinae*, a norte da foz do rio (V, 48, 8). Estas salinas ligavam-se a Roma pela «rota do sal» que se chamava *via Campana*, entre o mar e Roma (via que partia do *Campus Salinarum*) e pela *via Salaria*, de Roma para o interior. A mudança de nome fazia-se na travessia do Tibre a vau, precisamente em Roma, no Forum Boarium. Plínio (XXXI, 89) explica o nome «Salaria» dado à via romana dizendo que entre os Antigos (*apud antiquos*) o sal gozava de grande prestígio (*auctoritas*) e que os Sabinos, população indígena do interior do Lácio, mandavam vir o seu sal por esta via (cf. também Festus, 436 L). Este velho caminho proto-histórico, trajecto utilizado para a transumância dos rebanhos na margem esquerda do Tibre, prolonga-se então, num outro sentido e na margem direita, da costa até Roma, para se tornar uma via de sirga frequentada pelo menos a partir do século VI, quando se desenvolve o *emporion* de Roma. Uma das primeiras funções do *emporion* foi portanto permitir a chegada do sal proveniente do mar para o abastecimento da população, mas também dos pastores do interior, ao mesmo tempo que um mercado de gado (*Forum Boarium* significa «mercado dos bois»), ligado

à descida das manadas de transumância. No fim do século VI, logo após o advento da República e o juramento do primeiro tratado entre Roma e Cartago (509), o comércio do sal, que atingira um preço excessivo, torna-se, em Roma, monopólio do Estado (Tito Lívio, II, 9, 6): a quase contemporaneidade do tratado e da medida sobre o sal confirma a vontade romana de ter então uma política mais firme relativamente ao mar.

É significativo verificar que as divindades presentes no *emporion* de Roma, Hércules e Ártemis, têm ambas afinidades com o sal. Uma documentação itálica mais tardia conhece efectivamente um Hércules *Salarius* em Alba Fucens. As ligações de Melcarte — equivalente fenício de Hércules — ao sal são conhecidas: Estrabão (III, 5, 11) recorda que os Fenícios de Cadiz, onde se encontrava um templo de Melcarte, exportavam sal para as ilhas Cassitéridas (Cornualha).

Ártemis tinha, desde o século VI, o seu templo nas encostas do Aventino, perto do *emporion*, mas também de um lugar chamado *Salinae*, provavelmente ligado a um entreposto do sal. A mesma deusa será, em Quítion de Chipre, honrada perto de um charco salgado sob a epiclese de Ártemis Paralia: Ártemis «da costa», mas também «perto de água salgada»: *als* significa sal mas também o mar enquanto extensão de água salgada. É portanto uma divindade do sal e das salinas na época romana mas atestada para épocas que podem remontar à clássica (séculos V-IV), que vê também aparecer a referência a um «homem das salinas» numa inscrição fenícia de Quítion. Tudo isto pode por vezes ser precioso para avaliar o posicionamento de certos santuários de Ártemis em torno do Mediterrâneo.

Paisagens e investigação

Estudar as paisagens do Mediterrâneo pressupõe que não nos contentemos com uma visão literária, introduzindo a dimensão histórica através de uma abordagem verdadeiramente científica. É esse um dos grandes desafios da investigação futura. A fragilidade das instalações arcaicas, que nunca tiveram a monumentalidade das estruturas mais recentes, pressupõe um conhecimento aprofundado das evoluções da morfologia litoral e costeira, mas também que se leve em conta

globalmente um «espaço litoral» (Dalongeville) para se chegar a uma compreensão das condições da vida de então. Este estudo dos ecossistemas procedeu em grande parte por abordagens pluridisciplinares. Geólogos, geomorfologistas, sedimentólogos, petrógrafos (estudo das rochas), palinólogos e malacólogos (para o estudo das conchas) tentam conhecer melhor a fauna e a flora da época, o coberto vegetal — que muitas vezes sofreu a acção do homem — mas também as razões do que chamamos «os movimentos do nível do mar». São razões por vezes devidas a fenómenos planetários (eustatismo), por vezes a movimentos tectónicos, mas também a fenómenos de sedimentação, frequentemente ligados ao débito dos rios e indirectamente à actividade humana (deflorestação, arroteamento) que é preciso saber avaliar caso a caso, sector por sector. Essas pesquisas fizeram-se e prosseguem no Mediterrâneo oriental: ilhas das Cíclades, Creta, Delos, Chipre, costa síria, Mar Negro (península de Tamã) e igualmente no Mediterrâneo ocidental: Tunísia (nomeadamente perto de Utique), Espanha meridional (Andaluzia, vale do Guadalquivir), Itália meridional (Poseidonia), Sul de França. Colheram-se amostras para análise, vão-se constituindo colecções de plantas e de pólenes, examinam-se fitas magnéticas com imagens obtidas por satélite. É apenas o início de uma longa marcha científica.

O desafio é importante na medida em que um grande número de sítios arcaicos estavam localizados nas imediações da foz de rios, portanto em zonas submetidas a transformações particularmente profundas. As revelações constituídas pela multiplicação das descobertas desses sítios, como, por exemplo, os sítios fenícios de Andaluzia ou os sítios gregos do norte do Mar Negro, mostram que essa abordagem tem imenso futuro. Falta ensinar às gerações mais jovens as virtudes da pluridisciplinaridade, no âmbito de acções colectivas em que cada qual contribua com a riqueza das suas competências específicas. E isso deve permitir, em especial, conciliar a abordagem dos prazos muito longos, que é naturalmente a dos geógrafos que trabalham sobre o holoceno — isto é, o último período da era quaternária, os últimos 30 000 anos — com a do arqueólogo e do historiador, atentos a um quadro cronológico muito balizado.

Só assim, por um melhor conhecimento da história das costas, período a período, podemos chegar a «uma filosofia dos litorais» (Paskoff) necessária para sabermos o que o nosso mundo moderno quer fazer das margens do Mediterrâneo, imenso património demasiadas vezes em risco.